

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

Visões de democracia da Elite Parlamentar Brasileira (2017 e 2021)

Yasmim Karolina da Silva Nantes, Marília Gabriela da Silva Ferreira

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9839>

Submetido em: 2024-09-11

Postado em: 2024-09-14 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

VISÕES DE DEMOCRACIA DA ELITE PARLAMENTAR BRASILEIRA (2017-2021)

AUTOR/A 1, Yasmim Karolina Da Silva Nantes
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-2633-8739>
<yasmim.nantes96@gmail.com>

Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná (PR), Brasil

AUTOR/A 2, Marília Gabriela da Silva Ferreira
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1756-2881>
<marilia.ferreira@ufpr.br>

Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná (PR), Brasil

RESUMO: O intuito desta pesquisa é verificar se há algum padrão nas visões da elite política parlamentar brasileira sobre democracia, assim como identificar com qual modelo democrático, os atores mais se identificam. Este estudo quantitativo baseia-se nos dados da Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB), realizada pela FGV e Oxford, que acompanhou as percepções dos parlamentares brasileiros nos anos de 2017 (pré-eleição) e 2021 (pós-eleição). Os dados serão analisados descritivamente utilizando o software R. A comparação entre 2017 e 2021 nos fornece indicadores acerca da estabilidade destas visões mesmo após as eleições federais. As hipóteses deste trabalho são as de que (H1) as visões de democracia são muitas vezes opostas, dado que uma parcela significativa da elite adota visões iliberais ou antidemocráticas; ainda assim, (H2) a visão liberal é predominante. A primeira hipótese foi confirmada, enquanto a segunda rejeitada, dado que proporcionalmente existem quantidades muito parecidas de parlamentares endossando tanto visões liberais quanto antidemocráticas. Além disso, utilizamos regressão logística binária para verificar que variáveis de controle podem ser preditoras de cada visão. Verificamos a significância da ideologia, na qual ser de esquerda é forte preditor de visões liberais, sociais e diretas, enquanto ser de direita é bastante explicativo quanto à visão antidemocrática.

Palavras-chave: instituições, elite parlamentar, legitimidade democrática, visões de democracia, valores políticos.

VISIONS OF DEMOCRACY OF THE BRAZILIAN PARLIAMENTARY ELITE (2017-2021)

ABSTRACT: The purpose of this research is to verify whether there is any pattern in the views of the Brazilian parliamentary political elite on democracy, as well as to identify which democratic model the actors most identify with. This quantitative study is based on data from the Brazilian Legislative Survey (PLB), carried out by FGV and Oxford, which tracked the perceptions of Brazilian parliamentarians in the years 2017 (pre-election) and 2021 (post-election). The data will be analyzed descriptively using R software. The comparison between 2017 and 2021 provides us with indicators of the stability of these views even after the federal elections. The hypotheses of this work are that (H1) visions of democracy are often opposed, given that a significant portion of the elite adopt illiberal or anti-democratic visions; nevertheless, (H2) the liberal vision is predominant. The first hypothesis was confirmed, while the second was rejected, given that proportionally there are very similar numbers of parliamentarians endorsing both liberal and anti-democratic views. In addition, we used binary logistic regression to check which control variables could be predictors of each view. We verified the significance of ideology, in which being left-wing is a strong predictor of liberal, social and direct views, while being right-wing is very explanatory of anti-democratic views.

Key-words: institutions, parliamentary elite, democratic legitimacy, visions of democracy, political values.

INTRODUÇÃO

Não é segredo para os estudiosos da política e também é reconhecido pelos próprios parlamentares que, no interior do poder legislativo, a capacidade de tomar e impor decisões a todos os membros concentra-se num pequeno grupo muito restrito, ou seja, na elite parlamentar da casa. Dito isto, o presente trabalho busca responder às seguintes perguntas de pesquisa: há algum padrão nas visões da elite política parlamentar brasileira sobre democracia? Que visões de democracia os parlamentares mais aderem? Por fim, que fatores podem ser explicativos para a aderência a essas visões?

Para responder essas questões, o estudo de natureza quantitativa baseia-se nos dados da Pesquisa Legislativa Brasileira (FGV/Oxford) que acompanhou as percepções dos parlamentares brasileiros ao longo dos anos, dentre os quais escolhemos duas ondas: 2017 (pré-eleição) e 2021 (pós-eleição). A comparação entre 2017 e 2021 nos fornece indicadores acerca da estabilidade destas visões mesmo após as eleições federais. Os dados serão analisados a partir do *Software R*, utilizando gráficos com valores absolutos e regressão logística binária para observar a influência das variáveis de sexo, faixa etária e auto-posicionamento ideológico.

As hipóteses são as de que (H1) as visões de democracia são muitas vezes opostas, dado que uma parcela significativa da elite adota visões iliberais ou antidemocráticas; ainda assim, (H2) a visão liberal é predominante. A primeira hipótese foi confirmada, enquanto a segunda rejeitada, dado que proporcionalmente existem quantidades muito parecidas de parlamentares endossando tanto visões liberais quanto antidemocráticas. A literatura pode explicar essa contradição a partir do passado autoritário recente e pela onda de autocratização no mundo, cujo expoente no Brasil foi a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, candidato que apoiava visões contraditórias ao regime político (Borba et al, 2023). Isso demonstra que, apesar dos parlamentares serem tidos como guardiões da democracia, muitos deles não correspondem a essa classificação, o que pode significar que os cidadãos votam em candidatos que defendem visões antidemocráticas e/ou autoritárias.

Moisés (2005, p. 34) observa que no Brasil, "a percepção negativa das instituições atravessa todos os segmentos de renda, escolaridade, idade e distribuição ecológica, chegando a influir sobre a disposição dos cidadãos para participar de processos políticos". Dado que esse sentimento negativo sobre as instituições é generalizado entre a população brasileira, surge a

questão: o que pensam os próprios parlamentares a respeito? Afinal, os deputados são atores que atuam diretamente nas instituições políticas (Perissinotto e Braunert, 2006), o que os leva a uma perspectiva diferenciada. (Felisbino e Kerbauy, 2010)

Embora o estudo das elites políticas tenha uma longa tradição, datando a antiguidade (Alcántara, 2012), a compreensão empírica da importância das elites políticas para a democracia tem se mostrado surpreendentemente limitada, especialmente quando comparada a outras áreas de pesquisa como a opinião pública. Paradoxalmente, essa lacuna é ainda mais acentuada no caso de regimes autoritários, onde a atenção dos pesquisadores tem se concentrado principalmente nos líderes políticos (Schedler e Hoffman, 2016), e em como o comportamento e o caráter desses líderes podem acabar por afetar o rumo do país (Garcia, 2013).

O presente trabalho justifica-se a partir de três argumentos. O primeiro é que a agenda de pesquisas sobre legitimidade democrática adotou recentemente uma nova abordagem, na qual em vez de tratar do apoio à democracia como um conceito unidimensional, entende-se que os cidadãos (incluindo a elite) podem não aderir à democracia liberal unicamente, endossando concepções de democracia diferentes ou até divergentes entre si. Adota-se essa perspectiva importante para investigar se as concepções são menos ou mais complexas e se de fato estão de acordo com a democracia liberal. O segundo é que são raros os estudos que abordam as visões de democracia da elite parlamentar, ainda mais no contexto brasileiro. Neste sentido, este trabalho procura oferecer contribuições aos estudos da ciência política, especialmente no que se refere aos estudos de valores, atitudes e comportamentos da elite nacional. Por fim, é fundamental verificar quão liberais, sociais, participativas ou até antidemocráticas são essas compreensões acerca do regime político, dado que os parlamentares possuem papel fundamental na representação política dos cidadãos e na consolidação do regime político no Brasil.

O texto está assim organizado, para além da introdução e considerações finais: na primeira seção, discutimos a literatura sobre elite parlamentar brasileira, enfatizando os principais conceitos; na segunda seção aborda-se a literatura sobre visões de democracia e legitimidade democrática da elite parlamentar brasileira; na terceira seção apresenta-se os métodos utilizados; e na quarta exploramos e discutimos os resultados.

1 ELITES POLÍTICAS PARLAMENTARES NO BRASIL

O conceito de elite se refere a um pequeno grupo de indivíduos que ocupam posições-chave em organizações de poder. Originalmente, durante o século XVII, a palavra "elite" era usada na língua francesa para designar bens exclusivos e caros. Posteriormente, no século XVIII, o termo passou a ser utilizado para descrever grupos aristocráticos e unidades

militares que reivindicavam superioridade social e que, conseqüentemente, exerceriam uma influência desproporcional nas decisões políticas (Bohigues, 2021).

Ainda em Bohigues (2021), "as elites são os principais agentes do sistema político, por vezes com mais importância do que os próprios cidadãos" (p. 40). Ou seja, enfatiza-se a centralidade das elites na política, sugerindo que sua influência pode ser tão significativa que, em certos momentos, suas visões e concepções podem sobressair a vontade do povo. Ademais, conforme apontam García, Mateos e Rivas (2013), dentre os diversos tipos de elites, os legisladores nacionais se destacam, especialmente na América Latina, onde os partidos políticos nem sempre estão bem institucionalizados e enraizados na sociedade. Esses legisladores constituem um grupo específico de indivíduos que ocupam cargos de poder decisório a nível nacional. Eles deveriam representar a vontade e a soberania popular, ao menos do ponto de vista constitucional. Entretanto, os parlamentos latino-americanos têm sido tradicionalmente vistos como instituições com uma autonomia relativa em relação à população.

Nessa perspectiva, Oliveira (2002) discorre que os parlamentares podem ser enquadrados como um segmento relevante na chamada "elite política", por desenvolverem um papel crucial dentro das arenas decisórias do Estado, por estabelecerem um relacionamento direto com as demandas da sociedade e por lidarem com as expectativas sociais que se tornam públicas, ou seja, políticas. Outrossim, é importante destacar que a elite parlamentar não é composta por todos os membros do poder Legislativo. Ela é constituída por um pequeno grupo de parlamentares que apresentam algumas habilidades ou privilégios que possibilitam a eles o direito de coordenar e decidir pelos demais colegas da Casa Legislativa (Felisbino, 2007). Fora, de acordo com Messenberg (2002, p. 16) os seus integrantes destacam-se dos demais colegas em função das posições que ocupam, dos interesses que representam e/ou da reputação alcançada. Isto significa que essa elite é constituída por um pequeno grupo de parlamentares que apresentam algumas habilidades ou privilégios que possibilitam aos seus membros a tarefa de coordenar e decidir pelos demais colegas da Casa Legislativa (Messenberg, 2002; Felisbino, 2007).

Em tese, existem três estratégias principais para identificar as elites (Hoffmann-Langue, 2007): a reputacional, a decisional e a posicional. Na abordagem reputacional, o pesquisador solicita a especialistas que identifiquem quem faz parte da elite. Na estratégia decisional, os membros da elite são aqueles que tomam as decisões políticas, identificados por meio da análise de documentos e/ou entrevistas. Já na perspectiva posicional, são considerados elite aqueles que ocupam posições formais de poder (as elites de jure). Indubitavelmente, existem diferentes tipos de elites (Mills, 1981), mas a elite política em particular tem grande influência nas decisões

estratégicas que modelam as condições de vida em uma sociedade (Hoffmann-Langue, 2007). Essa influência única é característica das posições de poder político. A elite política, por sua vez, é composta por diversos subgrupos (Blondel e Müller-Rommel, 2007), como membros do Executivo, gabinetes partidários e deputados estadual e federal. Dentre esses subgrupos e estratégias, a elite parlamentar federal possui maior visibilidade, uma vez que os legisladores representam o lado partidário da política, estão na origem dos governos e influenciam as políticas nacionais (Aberbach, Putnam e Rockman, 1981). Também são identificáveis devido à sua posição de destaque na estrutura de poder institucional (Coller, Jaime e Mota, 2014). Em regimes democráticos, o Parlamento é o principal espaço de representação da sociedade (Alcántara e Llamazares, 1997), e os representantes eleitos são os atores políticos fundamentais, agindo em nome do cidadão-principal (García, Mateos e Rivas, 2013). Historicamente, até a mais recente onda de democratização (Huntington, 1991), a frágil trajetória democrática dos países latino-americanos conferiu relativa autonomia à câmara legislativa e a seus membros (García, Mateos e Rivas, 2013).

No contexto latino-americano, a recuperação e o fortalecimento do papel do parlamento na vida política democrática, com capacidade de enfrentar executivos fortes, torna-se um elemento-chave para a estabilidade e a qualidade da democracia. É importante estudar essa elite parlamentar, conhecer suas preferências e seu perfil (Coller, Santana e Jaime, 2014), pois os cidadãos tomam seus discursos como base para formar suas próprias decisões (Converse, 1964; Jacobs e Saphiro, 2000). São os parlamentares, que decidem as políticas, as implementam e avaliam, detêm o monopólio da força, aprovam leis e dirigem a administração e a economia nacionais (Arana, 2018). Em outras palavras, eles têm a capacidade de influenciar as regras do jogo (Anduiza, 1999), e suas decisões serão importantes para os cidadãos em geral e para a qualidade da democracia em particular (Mills, 1981).

Se as elites políticas, neste caso as parlamentares, são atores estratégicos (Peffley e Rohrschneider, 2007) na construção e definição da cultura política e das orientações políticas dos cidadãos, criando símbolos, discursos, linguagens e mitos, além de transmiti-los e mediá-los para a sociedade, uma análise de suas atitudes pode ser relevante (Morán, 1997). Afinal, a democracia, tal como é concebida atualmente, gira em torno desses representantes. O estudo de Linz e Stepan (1978) sobre a ruptura das democracias apontou o radicalismo dos atores e sua percepção de violência como causa dessa ruptura.

A ausência de análises sobre as elites políticas, suas trajetórias e, sobretudo, seus valores, crenças e atitudes, contrasta fortemente com os avanços no conhecimento desses aspectos no

domínio da opinião pública (García, Mateos e Rivas, 2013). As decisões dos políticos têm uma influência considerável sobre a democracia e sua estabilidade, persistência ou enfraquecimento. Mesmo quando a democracia está firmemente consolidada e sua sobrevivência não está em risco, sua qualidade pode se deteriorar, e a necessidade de adaptação e reforço das elites pode tornar-se crucial (García, Mateos e Rivas 2013).

A guisa de conclusão, reconhecendo que diferentes pessoas exercem impactos variados em qualquer sistema político, Dahl (1997) destaca a importância de identificar quem sustenta quais crenças políticas. O autor sugere que o conjunto de valores das camadas mais ativas e engajadas politicamente pode ser um fator crucial nos estudos sobre poliarquias, uma vez que esses indivíduos desempenham um papel essencial na criação e na disseminação dos elementos que formam a cultura política de uma sociedade.

Por fim, pode-se apontar que os estudos sobre a elite parlamentar brasileira é relevante, dado que através dessa investigação é possível compreender e traçar o perfil dos seus componentes, na tentativa de se conceber a conformação e as transformações tanto do sistema legislativo quanto do sistema político no geral, a organização e o funcionamento dos governos, as dinâmicas políticas e o contexto histórico e cultural de um país.

A próxima seção discute a literatura internacional e latino-americana acerca das visões de democracia, tendo em vista a agenda de estudos acerca da legitimidade democrática e como isso se insere nos estudos sobre a elite parlamentar brasileira.

2 VISÕES DE DEMOCRACIA, LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA E ELITES PARLAMENTARES

Os estudos acerca da legitimidade democrática sofreram uma mudança de direção em relação à tradição de estudos estabelecida por Easton (1965). Vários estudos dedicaram-se ao apoio democrático, considerando o conceito de democracia como uma ideia geral e abstrata (Booth e Seligson, 2009; Dalton, 2004; Norris, 2011). Contudo, a suposição implícita que os cidadãos compartilham as mesmas conceituações de democracia pode ser errônea, já que existem no mundo tantas versões de democracia quanto existem países e, da mesma forma, são diversas as concepções de democracia. A partir da constatação de que os cidadãos podem adotar mais de um modelo teórico de democracia, novos desdobramentos metodológicos, teóricos e empíricos surgiram para abranger as diferentes formas de interpretar o regime político. O objetivo desta seção é discutir a literatura de visões de democracia, apresentando os trabalhos mais relevantes até os mais atuais sobre o tema.

Um trabalho que é referência nesses estudos é o organizado por Ferrín e Kriesi (2016), segundo os quais a legitimidade é um produto da relação entre o ideal normativo de democracia – suas visões – e os julgamentos sobre a maneira como os princípios são implementados. Neste sentido, muitos cidadãos não adotam um único modelo teórico de democracia, em vez disso, são suas visões que são compatíveis com vários modelos ao mesmo tempo. Nesta obra, os autores apresentam três modelos básicos: liberal, social-democrata e direto ou participativo. Considera-se que o modelo liberal é o mais básico (minimalista), no quais as formas procedimentais e os direitos mais básicos são garantidos, e as outras formas são mais maximalistas e nestas a democracia não se limitaria à existência de determinadas regras, procedimentos e ritos, mas fundamentalmente à função e à qualidade desta. A visão social foca na busca por igualdade econômica, valorizando a redução da desigualdade de renda e o acesso aos recursos necessários à satisfação de necessidades materiais; enquanto a visão direta valoriza a participação dos cidadãos nas decisões políticas. A obra, focando na Europa, teve como resultado uma predominância de visão liberal de democracia.

Outra obra muito importante para a temática é a de Davis, Gaddie e Goidel (2022), que tem certo grau de proximidade com a obra europeia, apesar de não a citar. Assim como a obra anterior, os autores propõem uma tipologia de concepções de democracia, tendo em vista o contexto norte-americano. São quatro concepções de democracia, tais quais: i) a procedimental (modelo mais minimalista), na qual se considera elementos como votação, tratamento justo e igualdade em termos de liberdades civis, sendo eles os mais básicos; ii) a social (mais maximalista), em que a democracia é vista como um modelo que deve atender às necessidades sociais e materiais dos cidadãos, logo, a igualdade civil e econômica são mais relevantes; iii) a moderada, reconhecendo a importância de liberdades civis e de algum grau de igualdade econômica, contudo, sem estar fortemente comprometido com os extremos destas visões; e, por último, iv) a indiferente, na qual existe uma apatia e ambiguidade no entendimento e definição do regime político.

A obra, além de contribuir com uma nova tipologia de visões de democracia, através desta os autores examinam o quanto os norte-americanos aderem a elas e como essa aderência está interligada com atitudes e comportamentos políticos e eleitorais. Como resultado, concepções mais substantivas de democracia -- como as mais maximalistas, que enfatizam justiça social e igualdade -- podem estar associadas a maior engajamento político e a demandas por reformas mais profundas no regime político democrático.

Em suas análises acerca do fenômeno em que cidadãos confundem a ausência da democracia com sua presença, Kirsch e Welzel (2018) e Kruse, Ravlik e Welzel (2019) abordam a contradição existente no apoio público à princípios democráticos em regimes autoritários ao redor do mundo. Utilizando dados de 75 países do *World Value Survey*, eles ressaltam que em muitos destes regimes, a compreensão pública da democracia é ambígua na medida em que há noções liberais e autoritárias. Os autores argumentam que, na maioria das vezes, as pessoas classificam seu regime como muito mais democrático do que realmente é, o que pode fazer com que regimes autoritários sejam percebidos como democráticos, ainda mais se são mantidos elementos como eleições, mesmo que implementados superficialmente. Ambos os trabalhos concluíram que o apoio público à democracia não é um indicador válido, na medida em que não se considera as diferenças nas formas em que as pessoas concebem a democracia. Além disso, a presença de noções supostamente liberais, que escondem convicções autoritárias, pode indicar, em alguns casos, um apoio implícito ao autoritarismo.

Em seu trabalho sobre retrocesso democrático e como diferentes compreensões de democracia moldam a escolha política, Wunsh, Jacob e Derksen (2023) questionam o motivo pelo qual, apesar do amplo apoio à democracia, os cidadãos muitas vezes não responsabilizam o governo por violações aos princípios democráticos liberais. Partindo do pressuposto de que concepções variadas de democracia impactam o comportamento eleitoral e a formação de preferências políticas, os autores examinam como essa influência pode favorecer o retrocesso democrático e as alternativas autoritárias. Aplicando um experimento de escolha de candidatos a uma amostra de eleitores poloneses, suas descobertas apontam para uma considerável heterogeneidade em suas visões democráticas, o que pode levá-los a ignorar violações democráticas cometidas por seus candidatos nas urnas. Ou seja, as respostas dos cidadãos ao retrocesso democrático são moldadas por um compromisso relativo com as normas democráticas liberais, já que quanto mais comprometidos com essas normas, mais severamente eles punem candidatos que se desviam delas.

Preocupados com a diminuição global do apoio à democracia, Chapman et al (2023) investigam os significados de democracia e como essas definições podem influenciar este apoio. A partir dos dados de mais de 90 países do *World Value Survey*, os autores demonstraram que a variação individual na conceituação sobre democracia tem impacto no apoio, já que concepções menos substanciais tendem a diminuí-lo. Esses resultados sugerem que é essencial considerar conceituações divergentes de democracia, bem como suas variações, ao analisar a opinião pública acerca dos regimes.

Segundo Bryan (2023), cidadãos podem mostrar apoio explícito ao regime político democrático. Contudo, sua concepção de democracia é flexível e pode mudar de acordo com a avaliação ao governo incumbente: os princípios democráticos podem ser relativizados em favor de interesses simbolicamente representados pelo líder eleito; ou seja, em situações de retrocessos democráticos, caso o incumbente seja apoiado pela população, violações à democracia podem ser aceitas ou encobertas sob fachada. Do contrário, em situações cujo adversário está no poder, as regras do jogo democrático deverão ser cumpridas. Tal estudo demonstra a natureza da visão da população acerca da democracia, que pode ser relativizada em favor de interesses próprios de camadas da população.

Ahmed (2023) realiza reflexões acerca da falta de clareza da conceituação de democracia e de transgressão democrática na literatura sobre legitimidade democrática, assim como critica a análise de atitudes de forma isolada sem considerar o contexto de cada uma delas. Para o autor, as atitudes devem ser interpretadas mais como uma disputa de valores do que como uma relutância em defender a democracia. Para os cidadãos, não seria tão esclarecido que determinadas decisões políticas são de fato transgressões democráticas porque para eles a definição de democracia poderia abranger certas atitudes que são antidemocráticas. Dessa forma, as transgressões são percebidas como parte do jogo democrático.

Em se tratando de estudos que abordam as visões de democracia no contexto da América Latina, o trabalho da Damarys Canache (2012) é um dos poucos e mais relevantes. A autora questiona se, apesar da predominância do modelo liberal de democracia na região, os latino-americanos aderem a outras concepções para além deste modelo. Utilizando dados de 13 países do LAPOP de 2006-2007, a pesquisadora propõe uma taxonomia para categorizar as concepções de democracia dos cidadãos em termos de complexidade estrutural e conteúdo substantivo, a fim de verificar seus efeitos nos padrões de participação política. Os resultados deste trabalho indicam que a variação na estrutura das concepções de democracia dos latino-americanos provoca efeitos diversos em atitudes e comportamentos políticos. Notou-se que quanto maior a complexidade estrutural, mais comportamentos mais ativos e maior adesão normativa à democracia entre países latino-americanos.

Desde que se iniciou no mundo um declínio dos regimes democráticos, houve um aumento no foco dos estudos acerca da legitimidade democrática. Na América Latina, há indicadores de que o apoio e a satisfação com o regime político, a confiança nas instituições e o Índice de Democracia Liberal atingiram os piores níveis das suas séries históricas. Conforme os autores Botelho, Okado e Bonifácio (2020), há perfis políticos ambivalentes e autoritários entre a

população latino-americana, e estes se compõem de pessoas jovens, com escolaridade baixa, desconfiadas com as instituições e insatisfeitas com a democracia. O aumento da quantidade destes perfis necessita ser estudada, pois ainda segundo os autores, um sistema político que possui longevidade e qualidade tende a reforçar a aversão a opções autoritárias, cenário que não tem ocorrido na região.

Sabe-se que a emergência da democracia na América Latina ocorreu em um contexto autoritário, nos anos 1980 e 1990, e por isso esta região constitui um terreno fértil para a ascensão de forças políticas e líderes com discursos e práticas autoritárias e a perda de confiança da população nas instituições representativas, de câmaras legislativas a partidos e políticos. Segundo Castro (2012), os latino-americanos constituem um quadro ambíguo, que combina a defesa da democracia e de seus procedimentos com a manutenção de valores autoritários, que está relacionado a uma certa nostalgia às ditaduras que ocorreram na região. Seu argumento é o de que a democracia foi institucionalizada somente como forma e não como conteúdo. Ou seja, valoriza-se de forma geral as normas – como eleições periódicas, separação e controle entre poderes –, contudo, adere-se muito pouco a valores democráticos (Castro, 2020).

No que se refere ao Brasil, o trabalho de Borba et al (2023) é pioneiro e relevante por seguir a tradição de Ferrín e Kriesi (2016), utilizando as categorias propostas pelos autores (liberal, social e direta), e levando em conta também alternativas autoritárias. A partir dos dados de três ondas do World Value Survey (2006, 2014 e 2018), e considerando o posicionamento ideológico dos cidadãos, os autores verificaram a existência de uma estabilidade das visões de democracia e uma prevalência da visão liberal. Os resultados demonstraram uma significativa estabilidade nas percepções ao longo do tempo, apesar das grandes mudanças que houveram nos indicadores econômicos e no contexto político nacional. Os dados permitiram identificar também o predomínio da visão liberal sobre as demais, além de demonstrar que pessoas identificadas mais à esquerda do espectro ideológico são mais propensas a apresentarem visões mais participativas e sociais. Além disso, aqueles que se mostram mais progressistas em termos culturais tendem a manifestar percepções mais liberais de democracia e rejeitam percepções iliberais.

A intersecção entre a literatura sobre visões de democracia, legitimidade democrática e o estudo das elites parlamentares brasileiras é crucial para entender a constância do sistema democrático no país. Visto que, como já apontado ao longo do texto, segundo García, Mateos e Rivas (2013), dentre os diversos tipos de elites, os legisladores nacionais se destacam, especialmente na América Latina, onde os partidos políticos nem sempre estão bem

institucionalizados e enraizados na sociedade. Esses legisladores constituem um grupo específico de indivíduos que ocupam cargos de poder decisório a nível nacional. Eles deveriam representar a vontade e a soberania popular, ao menos do ponto de vista constitucional. Entretanto, os parlamentos latino-americanos têm sido tradicionalmente vistos como instituições com uma autonomia relativa em relação à população. Ainda, para os autores, as decisões tomadas pelos políticos exercem uma influência significativa sobre a democracia, afetando sua estabilidade, continuidade ou fragilidade. Mesmo quando a democracia está firmemente consolidada e sua sobrevivência não está em risco, sua qualidade pode se deteriorar, e a necessidade de adaptação e reforço das elites pode tornar-se crucial.

A próxima seção apresenta os métodos utilizados para tratar dos dados da Pesquisa Legislativa Brasileira (FGV/Oxford).

3 MÉTODOS

A Pesquisa Legislativa Brasileira¹, coordenada por Timothy Power (*University of Oxford*) e César Zucco (Fundação Getúlio Vargas), acompanha as percepções dos parlamentares brasileiros. Realiza-se uma onda de *Survey* a cada legislatura desde 1990. A quantidade de entrevistados nos anos escolhidos para o presente trabalho foi de 145 parlamentares em 2017 e 118 legisladores em 2021.

Baseadas em Ferrín e Kriesi (2016) e Borba et al (2023), investiga-se qual das visões os parlamentares brasileiros mais aderem através das seguintes concepções de democracia: a) liberal, que considera eleições livres e justas, a igualdade e liberdade de expressão, a separação e controle entre poderes e a proteção dos direitos das minorias; b) social, que defende que o regime deve proteger os cidadãos contra a pobreza, reduzir desigualdades sociais, suprir suas necessidades sociais e materiais, garantindo bem estar e justiça sociais; c) direta, que defende a relevância da participação dos cidadãos na condução de assuntos políticos para além do voto em representantes; e d) visões iliberais ou antidemocráticas.

Quadro 1 - Operacionalização das visões de democracia com base no questionário da Pesquisa Legislativa Brasileira

Classificação	Item	Categorias
Indicador de visão liberal	Qual é o objetivo mais importante para o Brasil atualmente?	Escala codificada como binária, em que (1) liberdade de expressão e (0) os demais itens
	Deveria haver mecanismos que garantissem a representação	Escala codificada como binária, em que (1) concordo e (0) discordo

¹ Disponível em: < <https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/WM9IZ8> >. Acesso em 11 de setembro de 2024.

	paritária de homens e mulheres no Poder Legislativo?	
	Os casais homossexuais devem ter o direito de se casar?	Escala codificada como binária, em que (1) concordo e (0) discordo
Indicador de visão social	O senhor concorda ou discorda com a afirmação: A renda deve ser distribuída de forma mais igualitária;	Escala codificada como binária, em que (1) concordo e (0) discordo
	O senhor concorda ou discorda com a afirmação: O governo precisa se responsabilizar mais para garantir o sustento de todos;	Escala codificada como binária, em que (1) concordo e (0) discordo
Indicador de visão direta	Qual é o objetivo mais importante para o Brasil atualmente?	Escala codificada como binária, em que: (1) Aumentar a participação das pessoas nas decisões do governo; (0) demais itens
	Qual é o objetivo mais importante do Brasil nos próximos 10 anos?	Escala codificada como binária, em que: (1) Aumentar a participação das pessoas nas decisões que são tomadas nos locais onde vivem e trabalham; codifica-se como (0) os demais itens
Indicador de visão liberal	Com relação a um debate na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, o Sr. está a favor ou contra à inclusão do dispositivo que assegura às Forças Armadas o direito de intervenção para garantir a ordem interna?	Escala binária, em que: (1) a favor; (2) contra
Variáveis independentes (controle)	Gênero	Escala binária: (0) Homem; (1) Mulher
	Faixa etária	Jovem: até 34 anos; Carreira intermediária: entre 35 e 49 anos; Veterano: entre 50 e 64 anos; Sênior: a partir de 64 anos
	Auto-posicionamento ideológico	Escala de 10 pontos codificada como 1, 2 e 3 - Esquerda; 8, 9 e 10 - direita e os demais centro

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Pesquisa Legislativa Brasileira (FGV/Oxford)

O quadro 1 sintetiza como as variáveis foram operacionalizadas através das questões do questionário da Pesquisa Legislativa Brasileira. Criamos indicadores para cada visão que podem ser compostos por uma a três questões. O indicador liberal foi criado a partir da soma daqueles que defendem duas das três variáveis: a liberdade de expressão, o casamento entre homossexuais e a paridade entre homens e mulheres na representação política. Para os indicadores de visão social e direta, somou-se quem respondeu positivamente às duas questões que compõem cada visão – ou seja, não se considerou somente quem respondeu positivamente a uma das duas questões. Quanto ao indicador de visão antidemocrática, este foi composto somente por uma

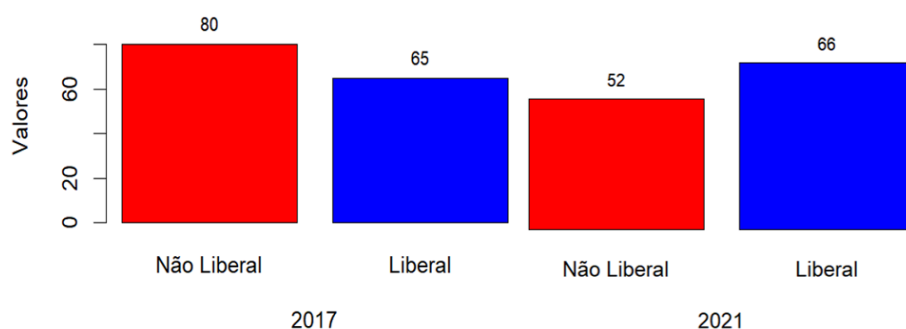
questão, dado que era a única comparável entre as duas ondas do Survey. Somente quem afirmou ser a favor da intervenção das forças armadas foi considerado iliberal.

Para além da frequência absoluta, aplicou-se regressão logística binária, a partir da operacionalização das visões de democracia (quadro 1) através do *Software* livre R para verificar se variáveis de controle seriam preditoras destas compreensões acerca do regime político. Para fins de análise, desconsideramos as respostas não aplicáveis (NA). A próxima seção apresenta os resultados e as discussões.

4 RESULTADOS

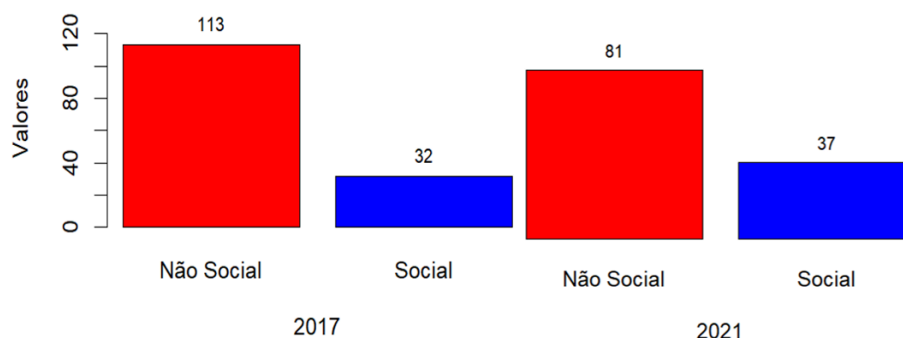
Os resultados apontam para visões muitas vezes opostas de democracia entre os parlamentares brasileiros, o que confirma a primeira hipótese. Contudo, não houve predominância da visão liberal, em vez disso, proporcionalmente existem quantidades muito parecidas de parlamentares endossando tanto visões liberais quanto antidemocráticas.

Gráfico 1 - Valores absolutos de parlamentares que aderem a visão liberal de democracia



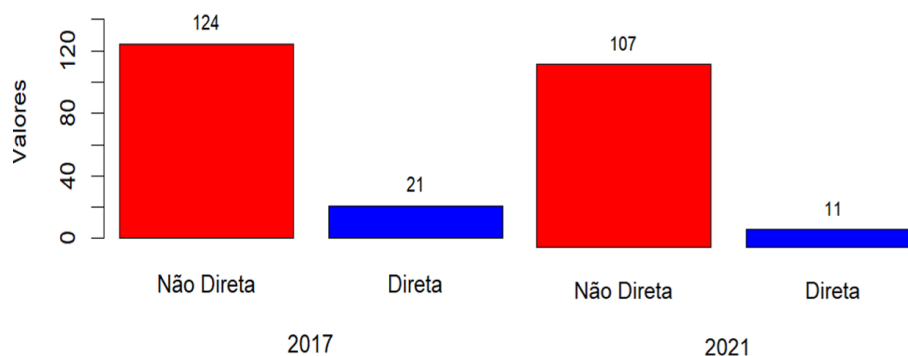
Fonte: elaboração própria com base nos dados da Pesquisa Legislativa Brasileira (FGV/Oxford)

Comparando as ondas de 2017 e 2021, nota-se que houve um aumento de 44,8% a 56% de parlamentares que endossam uma visão liberal de democracia (gráfico 1). Importante reiterar que o indicador foi construído com três questões do questionário, porém caso houvesse duas respostas positivas, o parlamentar seria considerado aderente à visão que ressalta a liberdade de expressão e direitos básicos. Apesar de mais proeminente em 2021, o liberalismo não é predominante entre os legisladores brasileiros, o que não confirma a hipótese 2.

Gráfico 2 - Valores absolutos de parlamentares que aderem a visão social de democracia

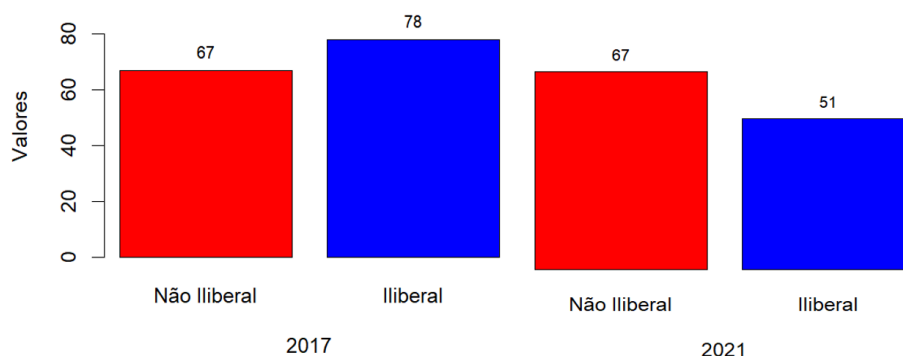
Fonte: elaboração própria com base nos dados da Pesquisa Legislativa Brasileira (FGV/Oxford)

Para essa concepção de democracia, houve um aumento de 22% em 2017 para 31% em 2021 (gráfico 2). Nota-se que os parlamentares brasileiros aderem menos à concepção que prioriza distribuição de renda e diminuição de desigualdade social entre os cidadãos. Ainda assim, é um número significativo de legisladores que estão preocupados com questões sociais.

Gráfico 3 - Valores absolutos de parlamentares que aderem a visão direta de democracia

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Pesquisa Legislativa Brasileira (FGV/Oxford)

Quanto à compreensão de que a democracia deve ter mais participação política dos cidadãos nas decisões públicas, essa foi a que teve menos adesão entre os legisladores (gráfico 3). Ao contrário das outras concepções de democracia, houve uma queda de 2017 a 2021 na proporção daqueles que enfatizam a participação dos cidadãos – de 14,5% a 9,3%.

Gráfico 4 - Valores absolutos de parlamentares que aderem à visão antidemocrática

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Pesquisa Legislativa Brasileira (FGV/Oxford)

Apesar de ter havido uma queda na quantidade proporcional de legisladores que apoiam a intervenção das forças armadas – 53,8% em 2017 para 43,2% em 2021 (gráfico 4). Concomitante ao aumento de aproximadamente 10% da quantidade proporcional de parlamentares que enfatizam uma concepção liberal de democracia, houve uma queda de quase 10% daqueles que possuem uma visão mais antidemocrática, o que pode indicar uma mudança na percepção deles. Contudo, a diferença comparativa entre eles é relativamente pequena, o que permite concluir que há uma divisão entre os parlamentares, com compreensões opostas e heterogêneas acerca do regime político, confirmando a hipótese 1.

As tabelas a seguir apresentam as variáveis preditoras de cada visão. Nota-se que entre os parlamentares, ser mulher, veterano na política e de esquerda em 2017 poderia explicar maior aderência à uma concepção liberal, enquanto em 2021 ser de esquerda é um fator mais explicativo (tabela 1).

Tabela 1 - Condicionantes da visão liberal entre os parlamentares brasileiros (2017 e 2021)

<i>Predictors</i>	2017		2021	
	<i>Odds Ratios</i>	<i>std. Error</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>std. Error</i>
(Intercept)	0.79	0.35	1.06	0.47
genero [Mulher]	9.10 **	7.79	2.91	1.86
faixa [Jovem]	1.63	1.81	1.97	2.53
faixa [Sênior]	0.55	0.33	0.23	0.19
faixa [Veterano]	0.22 *	0.14	1.08	0.55
ideologia [Direita]	0.36	0.30	0.28 *	0.16
ideologia [Esquerda]	9.70 ***	5.89	16.10 **	13.91
Observations	117		109	
R ² Tjur	0.300		0.260	

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Pesquisa Legislativa Brasileira (FGV/Oxford)

Para a concepção de democracia que defende a diminuição da desigualdade social e a distribuição de renda, são variáveis preditoras ser mulher e ser de esquerda nas duas ondas (tabela 2). Verifica-se que a ideologia de direita também teve significância estatística com o liberalismo.

Tabela 2 - Condicionantes da visão social entre os parlamentares brasileiros (2017 e 2021)

<i>Predictors</i>	2017		2021	
	<i>Odds Ratios</i>	<i>std. Error</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>std. Error</i>
(Intercept)	0.25 **	0.13	0.18 **	0.11
genero [Mulher]	4.56 *	3.24	5.63 *	4.07
faixa [Jovem]	2.02	2.70	2.85	3.77
faixa [Sênior]	0.29	0.23	0.33	0.32
faixa [Veterano]	0.26	0.20	0.86	0.58
ideologia [Direita]	0.00	0.00	0.14	0.16
ideologia [Esquerda]	13.86 ***	8.73	35.03 ***	25.88
Observations	117		109	
R ² Tjur	0.358		0.493	

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB)

Enquanto a visão que endossa a participação dos cidadãos nas decisões públicas tem como variável explicativa somente a ideologia de esquerda nos dois anos (tabela 3).

Tabela 3 - Condicionantes da visão direta entre os parlamentares brasileiros (2017 e 2021)

<i>Predictors</i>	2017		2021	
	<i>Odds Ratios</i>	<i>std. Error</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>std. Error</i>
(Intercept)	0.09 ***	0.06	0.05 ***	0.05
genero [Mulher]	1.05	0.78	2.15	1.74
faixa [Jovem]	0.00	0.00	0.00	0.00
faixa [Sênior]	0.85	0.75	0.41	0.54
faixa [Veterano]	0.97	0.78	1.58	1.40
ideologia [Direita]	0.00	0.00	0.00	0.00
ideologia [Esquerda]	7.72 **	4.94	4.31 *	3.14
Observations	117		109	
R ² Tjur	0.174		0.115	

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB)

Tabela 4 - Condicionantes da visão antidemocrática entre os parlamentares brasileiros (2017 e 2021)

<i>Predictors</i>	2017		2021	
	<i>Odds Ratios</i>	<i>std. Error</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>std. Error</i>
(Intercept)	0.91	0.40	0.87	0.39
genero [Mulher]	0.38	0.26	0.72	0.44
faixa [Jovem]	2.74	3.39	1.48	1.62
faixa [Sênior]	2.09	1.20	2.20	1.60
faixa [Veterano]	2.73	1.51	0.84	0.44
ideologia [Direita]	2.44	1.77	7.99 **	5.57
ideologia [Esquerda]	0.22 **	0.12	0.12 **	0.09
Observations	115		109	
R ² Tjur	0.168		0.270	

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB)

Para a visão antidemocrática, somente a ideologia possui significância estatística dentre as variáveis de controle escolhidas. Ser de direita foi um forte preditor em 2021, sendo a esquerda explicativa para as duas ondas em menor grau.

No geral, o gênero teve significância estatística para duas das quatro visões – liberal e social. A faixa etária não apresentou significância estatística para nenhuma visão. E, por fim, verificamos a significância da ideologia, na qual ser de esquerda é forte preditor de visões liberais, sociais e diretas, enquanto ser de direita é bastante explicativo quanto à visão antidemocrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo compreender as visões de democracia entre a elite parlamentar brasileira. Para isso, buscou-se responder às seguintes questões de pesquisa: existe um padrão nas visões democráticas da elite política parlamentar? Quais concepções de democracia são mais adotadas pelos parlamentares? E quais fatores podem explicar essa adesão?

Para responder a essas perguntas, foi realizado um estudo quantitativo utilizando dados da Pesquisa Legislativa Brasileira (FGV/Oxford), que analisou as percepções dos parlamentares ao longo dos anos. Foram escolhidas duas ondas da pesquisa: 2017 (pré-eleição) e 2021 (pós-eleição). A comparação entre esses anos forneceu indicadores sobre a estabilidade das visões, mesmo após as eleições federais. A análise foi feita com o *Software R*, utilizando gráficos de valores absolutos e regressão logística binária para avaliar a influência de variáveis como sexo, faixa etária e auto-posicionamento ideológico.

As hipóteses do estudo foram: (H1) as visões de democracia tendem a ser opostas, uma vez que uma parte significativa da elite adota perspectivas iliberais ou antidemocráticas; e (H2) a visão liberal é a predominante. A primeira hipótese foi confirmada, enquanto a segunda foi rejeitada, pois se observou uma proporção semelhante de parlamentares apoiando tanto visões liberais quanto antidemocráticas. A literatura aponta que essa contradição pode ser explicada pelo recente passado autoritário do Brasil e pela onda de autocratização global, cujo marco foi a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, que promovia visões contraditórias ao regime democrático (Borba et al, 2023). Isso sugere que, embora os parlamentares sejam vistos como defensores da democracia, muitos não se enquadram nessa classificação, indicando que os cidadãos podem votar em candidatos que defendem posturas antidemocráticas e/ou autoritárias.

Por fim, o presente estudo é uma continuidade de uma agenda de pesquisas do comportamento político, que versa acerca da legitimidade democrática a partir das visões de

democracia. Buscou-se contribuir com os estudos de atitudes e valores da elite parlamentar brasileira a partir dessa abordagem para verificar como há variações nas compreensões desta, e inclusive como pode haver valores antidemocráticos entre os legisladores, o que pode afetar o apoio dos cidadãos bem como a qualidade das decisões políticas. Além disso, com o presente trabalho, pretende-se que se volte mais atenção para os valores políticos da elite política brasileira, já que não só representam os cidadãos como são os principais responsáveis por grandes decisões que envolvem a população brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERBACH, J.; PUTNAM, R.; ROCKMAN, B. **Bureaucrats and politicians in Western democracies**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1981.

AHMED, Amel. Is the American public really turning away from democracy? Backsliding and the conceptual challenges of understanding public attitudes. **Perspectives on Politics**, v. 21, n. 3, p. 1–12, 2022.

ALCÁNTARA, M.; LLAMAZARES, I. El análisis de los diputados latinoamericanos en el contexto de los estudios sobre la clase política: características, objetivos y estrategias de investigación. **América Latina Hoy**, n. 16, p. 15-28, 1997.

ANDUIZA PEREA, E. **¿Individuos o sistemas? Las razones de la abstención en Europa occidental**. Madrid: CIS, Siglo Veintiuno, 1999.

ARANA, I. Comparative political elites. In: FARAZMAND, A. (Ed.). **Global encyclopedia of public administration, public policy, and governance**. Heidelberg: Springer International Publishing, 2018. p. 1-8.

BLONDEL, J.; MULLER-ROMMEL, F. Political elites. In: DALTON, R.; KLINGEMANN, H. (Eds.). **The Oxford Handbook of Political Behavior**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 818-832.

BOHIGUES, Asbel. **Élites, radicalismo y democracia: un estudio comparado sobre América Latina**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2021.

BOTELHO, João Carlos Amoroso; OKADO, Lucas Toshiaki Archangelo; BONIFÁCIO, Robert. O declínio da democracia na América Latina: diagnóstico e fatores explicativos. **Revista de estudios sociales**, n. 74, p. 41-57, 2020.

BORBA, J.; RIBEIRO, E. A.; CARREIRÃO, Y. de S.; CARDOSO, G. R. Views of democracy among Brazilians: evolution and determinant factors. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 38, n. 111, 2023.

CARREIRÃO, Y. de S.; CARDOSO, G. R.; RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. Views of democracy among Brazilians: evolution and determinant factors. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 38, n. 111, 2023.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. Cultura Política, Democracia e Hegemonia na América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 79–96,

2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16745>. Acesso em: 26 jun. 2024.

CHEIBUB, Z. B.; LIMA, M. R. S. Instituições e valores: as dimensões da democracia na visão da elite brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 31, p. 83-110, 1996.

CHAPMAN, H.; HANSON, M.; DZUTSATI, V.; DEBELL, P. Under the veil of democracy: what do people mean when they say they support democracy? **Perspectives on Politics**, v. 22, n. 1, p. 97-115, 2024.

COLLER, X.; SANTANA, A.; JAIME, A. M. Problemas y soluciones para la construcción de bases de datos de políticos. **Revista Española de Ciencia Política**, v. 1, n. 34, p. 169-198, 2014.

CONVERSE, P. The nature of belief systems in mass publics. In: APTER, D. (Ed.). **Ideology and discontent**. Londres: Free Press, 1964. p. 207-227.

DALTON, R. **Democratic challenges democratic choices**. New York: Oxford University Press, 2004.

DAVIS, N.; GADDIE, K.; GOIDEL, K. **Democracy's meaning: how the public understands democracy and why it matters**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2022.

DAHL, R. A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

DE CASTRO, R. E. A relação entre a elite política e a democracia: repensando o papel do radicalismo na estabilidade democrática. **Revista Debates**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 148-153, 2022.

FELISBINO, Riberti de Almeida; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Deputados estaduais e democracia: valores políticos das elites parlamentares paulista e paranaense. **Opinião Pública**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 154-167, jun. 2013.

GARCÍA, F.; MATEOS, A.; RIVAS, C. Veinte años de élites parlamentarias en América Latina (1994-2014). **Revista de Las Cortes Generales**, n. 89, p. 135-174, 2013.

GIMENES, Éder Rodrigo. Cultura política e democracia: resultados empíricos sob a perspectiva local. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, v. 2, p. 88, 2014.

HOFFMANN-LANGUE, U. Methods of elite research. In: DALTON, R.; KLINGEMANN, H. (Eds.). **The Oxford Handbook of Political Behavior**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 910-928.

HUNTINGTON, S. **The third wave. Democratization in the late twentieth century**. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.

JACOBS, L.; SHAPIRO, R. **Politicians don't pander: political manipulation and the loss of democratic responsiveness**. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2000.

KIRSCH, H.; WELZEL, C. Democracy misunderstood: authoritarian notions of democracy around the globe. **Social Forces**, v. 98, n. 1, p. 59-92, 2018.

KRUSE, S.; RAVLIK, M.; WELZEL, C. Democracy confused: when people mistake the absence of democracy for its presence. **Journal of Cross-Cultural Psychology**, v. 509, n. 3, p. 315-335, 2019.

LINZ, J. J.; STEPAN, A. **The breakdown of democratic regimes**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978.

MILLS, C. W. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MORÁN, M. L. Élités y cultura política en la España democrática. In: CASTILLO, P. d.; CRESPO, I. (Eds.). **Cultura política. Enfoques teóricos y análisis empíricos**. Valencia: Tirant lo Blanch, 1997. p. 185-222.

NORRIS, P. **Democratic deficit: critical citizens revisited**. 1. ed. New York: Cambridge University Press, 2011.

OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann de. A elite política brasileira e a construção da legitimidade democrática. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 7, n. 2, p. 135-154, 2002.

PERISSINOTTO, Renato M.; BRAUNERT, Mariana B. A direita, a esquerda e a democracia: os valores políticos dos parlamentares paranaenses (1995-2002). **Opinião Pública (UNICAMP)**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 114-135, 2006.

PEFFLEY, M.; ROHRSCHEIDER, R. Elite beliefs and the theory of democratic elitism. In: DALTON, R.; KLINGEMANN, H. (Eds.). **The Oxford Handbook of Political Behavior**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 65-79.

REIS, Elisa P.; CHEIBUB, Zairo B. Valores políticos das elites e consolidação democrática. **Dados**, v. 38, n. 1, 1995.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; BOLOGNESI, Bruno. As elites paranaenses e a democracia: explorando a estrutura dimensional e os determinantes dos seus valores e atitudes políticas. **Tomo (UFS)**, v. 12, p. 83-110, 2008.

SCHEDLER, A.; HOFFMANN, B. Comunicando a coesão da elite autoritária. **Democratização**, v. 23, n. 1, p. 93-117, 2015.

WUNSCH, N.; JACOB, M.; DERKSEN, L. The demand side of democratic backsliding: how divergent understandings of democracy shape political choice, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.31219/osf.io/c>. Acesso em: 11 de setembro de 2024.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi disponibilizado em Dataverse de Harvard e pode ser acessado em

<<https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/WM9IZ8>>

FINANCIAMENTO:

Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

CONTRIBUIÇÃO DAS AUTORAS:

Autora/A 1: Escrita: introdução; revisão de literatura acerca de elites; considerações finais.

Autora/A 2: Tratamento dos dados no software R; escrita da introdução; revisão de literatura acerca de visões de democracia; considerações finais.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:

As autoras declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

MINIBIOGRAFIAS DAS AUTORAS DO PAPER:

Autora 1: Mestranda no Programa de Pós Graduação em Ciência Política (PPGCP) na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal Da Grande Dourados (UFGD). Pesquisadora do INCT ReDem e do Observatório de Elites.

Autora 2: Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP), na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Pesquisadora do INCT ReDem e do Observatório de Elites.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.